

GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

Resolução Nº 78/1997 de 10 de Abril

Considerando que por força das intempéries que assolaram a Região Autónoma dos Açores, a Estrada Regional n.º 2 - 2.ª na Ribeira Quente, ficou parcialmente intransitável, devido ao aluimento dos muros de suporte, em boa parte do seu trajecto, condicionando fortemente a circulação rodoviária nessa artéria;

Considerando que, pela Resolução n.º 14/97, de 30 de Janeiro, foi autorizado o ajuste directo, com consulta a seis empresas, com vista à adjudicação da empreitada de construção dos muros de suporte em vários troços da Estrada Regional n.º 2 - 2.ª na Ribeira Quente;

Considerando, ainda, a imperiosa urgência na execução dos trabalhos constantes da empreitada em questão;

Assim, ao abrigo do disposto na alínea h) do artigo 56.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 103.ª do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, o Governo Regional resolve:

- 1 - Dispensar a audiência prévia no presente procedimento.
- 2 - Adjudicar a execução da presente empreitada à empresa Marques, Lda.. pelo valor de 65 094 4000\$, com exclusão do IVA.
- 3 - Aprovar a minuta do contrato e autorizar a sua celebração.
- 4 - Delegar poderes no Director Regional de Obras Públicas, para outorgar em nome e representação da Região Autónoma dos Açores no presente contrato.

Aprovada em Conselho, Ponta Delgada, 25 de Março de 1997. - O Presidente do Governo, *Carlos Manuel Marfins do Vale César*

Contrato

Contrato n.º /97, para adjudicação da empreitada de "Construção de muros de suporte em vários troços da Estrada Regional n.º 2 - 2.ª na Ribeira Quente".

Aos dias do mês de de mil novecentos e noventa e sete, nesta cidade de Ponta Delgada e na Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, perante mim, Lurdes da Conceição de Sá Quental de Melo Lindo, exercendo as funções de Notária Privativa desta Secretaria Regional, conforme poderes que me foram conferidos ao abrigo do disposto no Decreto Regulamentar Regional número vinte e nove barra oitenta e nove barra A, de vinte de Setembro, por despacho conjunto dos Secretários Regionais das Finanças, Planeamento e Administração Pública e da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações datado de quinze de Novembro de mil novecentos e noventa e seis, compareceram os seguintes outorgantes.

1.º: Duarte Manuel Meio Amorim da Cunha, casado, natural da Fajã de Baixo e residente na rua doutor armando Cortes Rodrigues, número trinta e um, freguesia de São Pedro, concelho de Ponta Delgada, titular do Bilhete de Identidade número um milhão, noventa e sete mil trezentos e quarenta e nove, emitido pelo Centro de Identificação Civil e Criminal de Lisboa em onze de Janeiro de mil novecentos e noventa e três, o qual outorga na qualidade de Director Regional de Obras Públicas, em nome e representação da adjudicante, Região Autónoma dos Açores, pessoa colectiva com o número seiscentos e setenta e dois milhões, quinhentos e trinta e nove, conforme poderes que lhe foram conferidos por Despacho do Secretário Regional da Habitação e Equipamentos datado de dezassete de Março de mil novecentos e noventa e sete.

2.º: Hélder Alberto Martins Fialho, casado, natural da freguesia da Matriz do concelho da Horta, residente na Estrada Regional, número trinta e sete-B, freguesia da Relva, concelho de Ponta Delgada, titular do Bilhete de Identidade número sete milhões, setecentos e três mil cento e nove, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de Ponta Delgada a seis de Maio de mil novecentos e noventa e quatro, em representação da Marques, Limitada, com sede na Canada das Murtas, número vinte e três, Estrada da Ribeira Grande, possuidora do cartão de identificação de pessoa colectiva

número quinhentos e doze milhões, cinco mil, setecentos e sessenta e um, com poderes bastantes para a realização deste acto, conforme Procuração, datada de vinte e nove de Julho de mil novecentos e noventa e quatro, que me foi presente e arquivo.

Verifiquei a identidade dos outorgantes por conhecimento pessoal.

Disse o primeiro outorgante que, pela sua representada. Região Autónoma dos Açores, através da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos, mediante ajuste directo, após realização de consulta a seis empresas, de acordo com a Resolução número catorze barra noventa e sete (14/97), de trinta de Janeiro, e nos termos da alínea c) do número dois do artigo quinquagésimo segundo, do Decreto Lei número quatrocentos e cinco barra noventa e três de dez de Dezembro, adjudica à representada pelo segundo outorgante, a empreitada de construção de muros de suporte em vários troços da Estrada Regional na 2 - 2.^a na Ribeira Quente”, nas cláusulas e condições seguintes:

1.^a: A empreitada tem por objecto a realização dos trabalhos definidos, quanto à sua espécie, quantidade e condições técnicas de execução, na proposta apresentada, no projecto e na carta-convite, conforme o disposto no ponto cinco (5) da mesma carta que aqui se dá por inteiramente reproduzida para os devidos efeitos legais.

2.^a: O valor da adjudicação é de sessenta e cinco milhões, noventa e quatro mil e quatrocentos escudos (65 094 400\$), que acrescido do Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa de doze por cento (12%) no valor de sete milhões, oitocentos e onze mil, trezentos e vinte e oito escudos (7 811 328\$), perfaz o encargo total de setenta e dois milhões, novecentos e cinco mil, setecentos e vinte e oito escudos (72 905 728), o qual será integralmente suportado pela dotação do Capítulo _____, Programa _____, Projecto _____, C.E. _____ do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o corrente ano económico.

3.^a: O regime da empreitada, quanto ao modo de retribuição, é por série de preços e, assim, as importâncias a receber pelo empreiteiro serão as que resultarem da aplicação dos preços unitários constantes da proposta do adjudicatário, para cada espécie de trabalho a realizar, às quantidades desses trabalhos realmente executadas.

4.^a: Os pagamentos dos trabalhos contratuais ao empreiteiro serão feitos por prestações mensais, mediante autos de medição dos trabalhos realizados, nos termos da legislação aplicável.

§ único: Os pagamentos de eventuais trabalhos a mais e/ou imprevistos, ao empreiteiro, serão efectuados mediante auto de medição correspondente, mas só depois da aprovação desses trabalhos e do auto de medição correspondente, dos orçamentos ou termos adicionais ao contrato, que de tais trabalhos resultarem.

5.^a: Os trabalhos constantes do presente contrato deverão ter início a partir da data da consignação da obra, mas nunca antes das concessão do “visto” da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas e estar concluídos no prazo de oito (8) meses, contados a partir daquela data.

Sexta: Os trabalhos deverão ser executados ao ritmo indicado no respectivo plano definitivo aprovado pelo primeiro outorgante.

§ único: A requerimento do empreiteiro, devidamente fundamentado e nos termos do tem cinco ponto dois (5.2) das Cláusulas Gerais do Caderno de Encargos, aprovado pela Portaria número quatrocentos e vinte e oito barra noventa e cinco (428/95), de dez de Maio, poderá o dono da obra conceder-lhe prorrogações do prazo global ou dos prazos parcelares de execução da empreitada.

7.^a: Se o empreiteiro não concluir a obra no prazo contratualmente estabelecido acrescido de prorrogações gratuitas ou legais, ser-lhe-á aplicada, até ao fim dos trabalhos ou à rescisão do contrato, a multa diária estabelecida no artigo centésimo octogésimo primeiro (181.º), do Decreto Lei número quatrocentos e cinco barra noventa e três (405/93), de dez de Dezembro.

8.^a: O prazo de garantia de todos os trabalhos que constituem a presente empreitada é de cinco (5) anos, contados a partir da data do último auto de recepção provisória.

9.^a: Em toda a execução dos trabalhos vigorarão os salários mínimos constantes dos acordos colectivos de trabalho em vigor.

10.^a: A revisão de preços da proposta, será regulada pelas disposições do Decreto-Lei número trezentos e quarenta e oito A barra oitenta e seis (348-A/86), de dezasseis de Outubro, sendo aplicável a fórmula estabelecida no número seis ponto dois (6.2) da carta-convite, que aqui se dá por integralmente reproduzida para os devidos efeitos legais.

§ único: Os indicadores económicos referentes a materiais serão os publicados oficialmente no país, sendo os referentes a mão-de-obra os publicados para a Região Autónoma dos Açores, e na falta destes, os aplicados para o distrito de Évora.

11.ª: Em todo o omissso, observar-se-á o disposto no Decreto-Lei número quatrocentos e cinco barra noventa e três (405/93), de dez de Dezembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei número duzentos e oito barra noventa e quatro (208/94), de seis de Agosto, e cento e um barra noventa e cinco (101/95), de dezanove de Maio, no Decreto-Lei número (348-A/86), trezentos e quarenta e oito A barra oitenta e seis, de dezasseis de Outubro. bem com na restante legislação aplicável. considerando-se integrados no presente contrato, na carta-convite, os restantes elementos patenteados a concurso, a proposta do empreiteiro e quaisquer outros documentos que sejam referidos quer neste contrato, quer na citada carta-convite.

12.ª: 1. O presente contrato produz efeito do “Visto” pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas.

2. São ainda devidos emolumentos pelo “Visto” da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas.

3. Neste acto foi verificado que o adjudicatário constituiu caução definitiva na quantia de (3 254 720\$), três milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e vinte escudos, correspondente a cinco por cento (5%), do valor da adjudicação, prestada, a de mil novecentos e noventa e sete a qual servirá para garantir o integral cumprimento deste contrato.

4. A adjudicatária apresentou certidão passada pela Repartição de Finanças de Ponta Delgada, em de de mil novecentos e noventa e seis comprovativa de que não é devedora à Fazenda Nacional pelo referido Concelho, de quaisquer contribuições e impostos pelos últimos três anos.

5. Pela Resolução do Conselho do Governo Regional número catorze barra noventa e sete (14/97), de trinta e um de Janeiro, foi autorizada a celebração de um ajuste directo com consulta a seis empresas, com vista à adjudicação desta empreitada.

6. A execução da empreitada a que refere o presente contrato foi adjudicada à representada pelo segundo outorgante pela Resolução número barra noventa e sete (/97), de e , que autorizou a celebração do presente contrato, aprovou a respectiva minuta, e delegou poderes, para representar a Região Autónoma dos Açores, no Director Regional de Obras Públicas.

7. Ambos os outorgantes, na qualidade em que intervêm, aceitam o presente contrato a cujo cumprimento se obrigam.

8. O presente contrato vai ser assinado por todos os outorgantes na qualidade em que intervêm e registado em livro próprio.

9. Foram testemunhas presentes. Ana Maria Passos de Carvalho, Assessora e , as quais, com as partes outorgantes, vão assinar o presente contrato, celebrado perante mim, que o mandei escrever e também assino, depois de a todos o ter lido em voz alta.